

O UNIFORME ESCOLAR E SEUS “LUGARES” DE SIGNIFICAÇÃO: AMBIVALÊNCIAS E “IDEAIS DE MULHER”

Maria Salete de Souza Nery¹
Wilson Rogério Penteado Júnior²

Resumo: Este trabalho versa sobre o uniforme escolar feminino – essa composição indumentária padronizada e definida pela instituição escolar para uso de seus membros-estudantes em caráter obrigatório – com o objetivo de discutir as transformações nos seus significados. Para tal empreendimento, foram considerados relatos de duas mulheres, de diferentes gerações, que estudaram em escolas formais do estado da Bahia nos anos 1950-1960 e 1980-1990. Sobre os relatos, um deles é fruto de entrevista, do tipo narrativo, e o outro diz respeito às experiências particulares da autora deste artigo, o que constituiu o mote primeiro para o desenvolvimento desta investigação. Apesar de se tratar de uma narrativa pessoal, de cunho autobiográfico, as interpretações a respeito são fruto do diálogo constante entre os dois autores deste artigo – assim, trata-se de uma experiência pessoal analisada conjuntamente por aquela que viveu a experiência e por um observador externo, ambos pesquisadores. A conclusão é de que pode-se afirmar um relativo esquecimento do uniforme enquanto instrumento pedagógico para construção da mulher ideal na perspectiva burguesa em direção ao debate sobre liberdade e igualdade, a partir dos avanços na individualização, informalização dos costumes e diminuição das distâncias entre homens e mulheres.

Palavras-Chave: Uniforme escolar. Educação da mulher. Corpo.

EL UNIFORME ESCOLAR Y SUS "LUGARES" DE SIGNIFICACIÓN: AMBIVALENCIAS E "IDEALES DE MUJER"

Resumen: Este trabajo trata sobre el uniforme escolar femenino – esta composición indumentaria estandarizada y definida por la institución escolar para uso obligatorio de sus estudiantes-miembros – con el objetivo de discutir las transformaciones en sus significados. Para este emprendimiento se consideraron los informes de dos mujeres, de diferentes generaciones, que

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. Professora Associada, Nível 3, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. E-mail: saletenery@ufrb.edu.br.

² Doutor em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor Associado, Nível 3, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. E-mail: penteadowjr@ufrb.edu.br.

estudiaron en escuelas formales del estado de Bahía en las décadas de 1950-1960 y 1980-1990. Sobre los informes, uno de ellos es el resultado de entrevista, de tipo narrativo, y el otro se refiere a las vivencias particulares del autor de este artículo, que constituyó la primera razón para el desarrollo de esta investigación. A pesar de ser una narrativa personal, de naturaleza autobiográfica, las interpretaciones al respecto son el resultado del diálogo constante entre los dos autores de este artículo, por lo que se trata de una experiencia personal analizada conjuntamente por quien vivió la experiencia y por un observador externo, ambos investigadores. La conclusión es que es posible afirmar un relativo descuido del uniforme como herramienta pedagógica para la construcción de la mujer ideal en la perspectiva burguesa hacia el debate sobre la libertad y la igualdad, a partir de avances en la individualización, informalización de costumbres y reducción de las distancias entre hombres y mujeres.

Palabras-Clave: Uniforme escolar. Educación de las mujeres. Cuerpo

Introdução

Por que existem uniformes escolares? Quais são os significados sócio-históricos que nos permitem compreender a criação dessa indumentária e a sua mais recente contestação/flexibilização? Este artigo, embora não ambicione exaurir o debate em torno de tais questões, propõe desenvolver apontamentos evocados a partir delas, uma vez que as polêmicas envolvendo o uso do uniforme escolar, e suas diversas implicações, estão na ordem do dia.

Em matéria publicada em novembro de 2018 no *HuffPost US* (PECK, 2018), apresenta-se o caso de Bonnie Peltier, que luta judicialmente pelo direito de sua filha poder usar bermudas e calças em sua escola, a Charter Day School, reputado colégio público da Carolina do Norte que tem como código o uso de saias pelas meninas. Apesar de as estudantes, segundo a reportagem, enfatizarem que não podem executar certos movimentos em suas brincadeiras, por conta das saias, e serem obrigadas a sentar com as pernas para o lado, sendo advertidas quando cruzam as pernas, o colégio mantém a sua deliberação alegando que o código vestimentar se refere a cavalheirismo e boas maneiras, bem como são parte dos valores tradicionais da instituição. A batalha já dura três anos, sem haver uma definição a respeito.

Já no tradicional Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, após muitas reivindicações, os estudantes, segundo reportagem divulgada pelo UOL

Educação em fevereiro de 2014, conseguiram autorização para usar a bermuda de educação física nos demais dias de aula por conta do intenso calor na cidade. "A medida é inédita nos 176 anos de existência do colégio" (MELO, 2014). O uniforme da instituição consiste numa blusa com logotipo da mesma, saia pregueada para as meninas e calças em brim azul marinho para os meninos. Já em 10 de setembro de 2014, foi publicada uma matéria no *Jornal O Globo* intitulada: "Meninos do colégio Pedro II vão à escola de saia em apoio a colega transexual". O estudante em questão costumava usar calças e nome de batismo masculino nas dependências do colégio, mas resolveu usar saia num dos intervalos de aula, o que mereceu repreensão pela instituição. Nove dias após, no dia 01 de setembro, cerca de 15 estudantes, em apoio ao colega, protestaram usando saias durante as aulas.

Anos antes, em 2008, a revista *Vogue Kids Brasil*, suplemento da revista *Vogue*, publicou uma matéria sobre os uniformes escolares como polêmica fashion: duas mães apresentavam seus pontos de vista a respeito de usar, ou não, uniforme escolar. Para a primeira mãe, estudar num colégio que não tem uniforme escolar significa a possibilidade de a criança aprender a fazer escolhas e respeitar as diferenças. Para ela, o valor em questão e que importa assegurar é o da liberdade, e esta não poderia ser resumida a uma forma de apelo consumista para concorrência entre colegas a partir das aparências. Ao contrário, é uma possibilidade de aprendizado sobre os limites das mesmas. Já do ponto de vista da segunda mãe, o valor que os uniformes ajudam a resguardar é o da igualdade. A padronização proporcionada pelos uniformes seria um modo de diminuir as competições e promover a democracia no ambiente escolar, ao mesmo tempo em que evita os problemas decorrentes da necessidade de escolhas ou das trocas de roupas antes de ir ao estudo. Ou seja, é também aliado da praticidade.

Seja como for, as polêmicas que envolvem o uso do uniforme escolar nos provocam a pensar a relação corpo-roupa, ou, mais exatamente, as implicações sociais decorrentes do corpo vestido, uma vez que, pode-se afirmar, o corpo somente "se realiza na sua conjunção com os signos que o sinalizam e o colocam em visibilidade" (FONSECA, 2015, p. 24). Em adendo, podemos pensar, nos termos colocados por Foucault, que o corpo está imerso "num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas

o investem, o marcam [...] exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1987, p. 28). Nesta concepção, o uniforme escolar pode ser entendido como importante dispositivo de classificação cultural, especialmente porque, como bem argumenta Sahlins (2003), as vestimentas, assim como outros artefatos que constituem a sociedade, estão para muito além de uma necessidade de “ordem prática” – isto é, meramente funcional e/ou instrumental. Elas atendem, sobretudo, a critérios situados no nível do “simbólico” “produzindo diferenças significativas entre [...] categorias” (SAHLINS, 2003, p. 181).

Tais afirmações, porém, se mostram eficazes apenas para efeito de considerações iniciais. A complexidade que envolve o uso dos uniformes escolares e suas ambivalências parece nos exigir mais, induzindo-nos a considerar as transformações históricas nos significados deste tipo de indumentária.

Se atualmente os debates acerca dos usos e desusos dos uniformes escolares são voltados à difícil questão da conciliação entre liberdade e igualdade, percebe-se ainda que, mesmo onde o uniforme persiste, estratégias de personalização vêm sendo postas em operação, seja na combinação com específicas calças e/ou calçados, seja pela diversificação de opções de fardamento oferecida pela própria instituição, multiplicando as possibilidades de composições, em atendimento aos desejos de individualização, bem como a um mercado capitalista das diversidades. Com isso, observa-se tendência ao relaxamento das pressões por uniformidade e pelo controle do corpo via traje especificado e, assim, a diversificação de grupos e estilos leva a que o uniforme escolar, mesmo quando ainda é exigido, sofra alguma flexibilização ou sofra críticas para a flexibilização. Pode-se afirmar que esta começa a ocorrer, em especial, nas chamadas escolas laicas, sobretudo a partir dos anos 1960/1970, com o uso de calças pelas moças e com a introdução dos jeans nos colégios.

Com isso posto, chegamos ao cerne do que propomos refletir no presente artigo: A hipótese é de que o processo de informalização dos costumes experimentado, em especial, a partir dos anos 1960 levou ao relativo esquecimento de um significado primacial do uniforme para uso feminino: o de instrumento pedagógico para formação da mulher enquanto mulher. Assim, deslocam-se os significados do uniforme para os debates sobre

liberdade e igualdade, em conformidade com o espírito de liberalização dos tempos mais recentes e com o aumento da laicização das instituições escolares. A alta formalização e fiscalização, bem como a grande arbitrariedade das exigências impostas foram, paulatinamente, cedendo espaço a um processo de ressignificação ligado a transformações sociais mais recentemente experimentadas e que levaram a fazer adormecer antigos significados desta indumentária, como a rígida distinção das roupas por gênero em algumas instituições de ensino.

Para dar conta do tema, recorreremos a relatos de experiências vividas por mulheres que estudaram em escolas formais nos anos 1950-1960 e 1980-1990, em diferentes colégios no estado da Bahia, com o intuito de perceber significados atribuídos ao uso de uniforme escolar nos períodos.

Sobre os relatos, um deles é fruto de entrevista, do tipo narrativo, e o outro diz respeito às experiências particulares da autora deste artigo, o que constituiu o mote primeiro para o desenvolvimento desta investigação. Apesar de se tratar de uma narrativa pessoal, de cunho autobiográfico, as interpretações a respeito são fruto do diálogo constante entre os dois autores deste artigo – assim, trata-se de uma experiência pessoal analisada conjuntamente por aquela que viveu a experiência e por um observador externo, ambos pesquisadores. Esta estratégia é uma das formas de autoetnografia, modo particular de evidenciar o papel e lugar do observador participante no processo de pesquisa, sem escamoteá-lo em nome de uma suposta objetividade plena, e de fazer possível o uso de suas memórias (auto-) na escrituração dos textos que serão densamente interpretados (-etnografia) enquanto experiências vividas com outros e, portanto, articulando o relato pessoal aos demais dados coletados a partir das diferentes técnicas de pesquisa pertinentes (entrevistas, documentos, dentre outros) (ELLIS, ADAMS, BOCHNER, 2010; FREEMAN, 2015). Neste sentido, inspirados em Ortner (2007), entendemos o conceito de subjetividade como uma via privilegiada que articula a complexa relação entre percepções e sentimentos que animam sujeitos atuantes e as formações socioculturais que provocam aquelas percepções e sentimentos. Trata-se, pois, de admitir em termos analíticos “a visão do sujeito como existencialmente complexo, um ser que sente e pensa e reflete, que faz e busca significado” (ORTNER, 2007, p. 379).

Ato contínuo, faz-se importante ressaltar que o tema que sustenta este artigo se mostra relevante, dentre outros aspectos, por problematizar a relação corpo-roupa, visto que apesar do aumento significativo da quantidade de trabalhos dedicados à interpretação sócio-antropológica do corpo e de suas técnicas/performances, observa-se que o corpo em tais estudos ainda está, na maior parte das vezes, metaforicamente nu. Ou seja, há estudos sobre o corpo e há estudos sobre a roupa, e em poucos momentos eles se encontram. Investir, em termos analíticos, na articulação corpo-roupa, portanto, se faz importante, haja vista que as roupas conformam, mas também constroem os corpos. Elas ditam limites a ele, isto é, possibilitam movimentos ou os limitam a depender de seus cortes, costuras e tecidos. Ao mesmo tempo, o usuário pode se conformar, ou não, à roupa, aceitando seus limites ou os ultrapassando, esgarçando o tecido e rompendo as costuras. Neste sentido, buscamos dar conta da relação corpo-roupa, pensando esta num modo diferente daquilo que McLuhan destacou no texto "O vestuário como extensão do corpo" (1999). A roupa, socialmente criada, é símbolo material e, enquanto tal, expressa o mundo de que faz parte, em termos sócio-históricos, e ajuda, de algum modo, a construí-lo por ser mediação entre indivíduos-criadores e usuários. Assim, estabelece-se uma relação roupa-usuário que faz com que também a roupa fique marcada pelas experiências, costumes e comportamentos da pessoa que a porta, explicitando traços biográficos desta e, ao mesmo tempo, o contexto mais amplo do qual esse indivíduo é parte, uma vez que se tratam de experiências vividas com outros. Em consequência, a roupa se coloca como memória material de seu usuário e grupo (STALLYBRASS, 2000).

Enfim, este trabalho versa sobre o lugar das materialidades no mundo social a partir da relação corpo-roupa. Para tanto, tomamos o uniforme escolar feminino, essa composição indumentária padronizada e definida pela instituição escolar para uso de seus membros-estudantes em caráter obrigatório. A primeira pergunta a colocar é: por que definir um traje para estudantes? Como compreender os atuais debates sobre o uso, ou não, de uniformes? A mencionada relação corpo-roupa é, pois, interpretada a partir da leitura da rede de relações interdependentes que atam não apenas os usuários dos uniformes escolares, mas também seus propositores, permitindo

que significados antigos possam emergir de modo mais claro e que as recentes ressignificações possam ser compreendidas a partir de um olhar processual.

O uniforme escolar entre discursos

As recordações de Joana³, quando narra suas experiências em colégio na cidade de Santo Amaro (Bahia, Brasil), nos anos 1950-1960, pouco trazem à tona quem eram os professores ou mesmo as estratégias de ensino. Sua fala se centra: 1) em sua dificuldade para ingressar nos bancos escolares, já que sua família considerava um absurdo a mulher estudar (na perspectiva de seus pais, trabalhadores rurais, a mulher aprendia a escrever para enviar bilhetes a namorados); 2) nas avaliações, que ela entende mais rígidas que as atuais, em especial as avaliações orais; e 3) especialmente, nos cuidados com os uniformes escolares. Joana, que hoje tem 78 anos, foi uma das muitas moças na época que estudaram em escola para formação de professoras, a Escola Normal. Ser professora era possibilidade e justificativa para o desenvolvimento intelectual e de uma vida autônoma para a mulher. No entanto, por que os cuidados com a roupa assumem destaque em suas lembranças sobre a vida escolar?

Segundo ela, o uniforme era alvo de intensa preocupação por parte das estudantes, mais especificamente daquelas que, como Joana, estudavam em regime de semi-internato ou de internato, já que eram obrigadas a cuidar pessoalmente de seus uniformes, continuamente inspecionados por agentes escolares. Em verdade, a aparência do estudante, de modo geral, era objeto de escrutínio: a arrumação dos cabelos, a limpeza das unhas e orelhas, o brilho dos sapatos, a cor da blusa, o comprimento da saia... Deste modo, tudo era previamente definido e à estudante cabia seguir à risca as orientações e adquirir/executar o conhecimento e habilidade necessária para cuidar devidamente da higiene de seu corpo e de sua roupa.

O uniforme consistia em camisa branca de tricoline, saia pregueada azul marinho de gorgurão quatro dedos abaixo dos joelhos, meias brancas, mocassins pretos e gravata. Até mesmo a largura das pregas da saia era pré-

³ Nome fictício atribuído à depoente.

definida. Como a blusa era branca, convinha usar sutiã e um camiseta, apesar de o colégio ainda não contar com turmas mistas. Nos anos 1950, com o desenvolvimento econômico experimentado no Brasil e atuação das mulheres em algumas atividades laborais, a exemplo da educação, a presença de mulheres no ensino elementar e médio já estava próximo ao dos homens (BASSANEZI, 2001). No entanto, a mulher ainda era educada fundamentalmente para ser mãe e dona de casa; a sua realização ainda era identificada ao casamento.

É claro que para casar, as jovens teriam de conhecer rapazes – já estava fora de moda casar *sem afeto*, apenas pela vontade dos pais – então, a ênfase na educação para o autocontrole das moças tornou-se ainda mais uma preocupação social. Os pais já não poderiam ser tão rígidos e as jovens deveriam aprender a controlar-se a si mesmas, distinguir o *certo do errado* de forma a conservar suas virtudes e a conter sua sexualidade em limites bem estreitos: *dando-se ao respeito* (BASSANEZI, 2001, p. 610).

A imagem da mulher ideal nos anos 1950 ainda é muito próxima daquela construída no século XIX, que foi um século de transformações agudas na relação mulher-educação. Até o XVIII, as mulheres viviam reclusas, em conformidade com a concepção colonial-católica de que toda mulher é uma potencial Eva e, portanto, um ser que precisa ser vigiado e controlado. Até o citado século, a educação feminina era voltada aos afazeres domésticos. Ela deveria aprender as primeiras letras e um pouco de aritmética para lidar com a vida doméstica. A educação ocorria em casa ou em recolhimentos (clausura) e, mesmo assim, para muito poucas meninas (ARAÚJO, 2001).

A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, e suas novas formas de sociabilidade que "exigiam" a presença e participação das mulheres nos salões e, portanto, na vida pública, ocasiona intensos debates e tensões a respeito do que deveria ser a mulher. Afinal, frequentar os salões significava que esta mulher deveria estar preparada tanto para as conversas, quanto para as danças, cantos e demonstrações de bom gosto, inclusive vestimentar. Mais do que isso, a mulher deveria aprender a se autocontrolar para se relacionar. Nisso, a sociabilidade de corte era bastante diferente daquilo que a igreja

preconizava e que as mulheres viviam no Brasil. As tensões estabelecidas, no entanto, não ficavam apenas a cargo da igreja e da sociabilidade de corte, mas igualmente de um discurso liberal-médico que passa a disputar lugar na construção da gente higiênica e da Nação do progresso, em especial após a Independência, em 1822.

Com a criação, no século XIX, do ensino médico no Brasil (na Bahia e no Rio de Janeiro, primeiramente), constitui-se um corpo profissional atuante que se vinculava às concepções iluministas francesas e, portanto, agia em nome dos ideais de civilização e de progresso obtidos a partir de uma discussão científica. Os médicos tomavam para si a tarefa de civilizar a sociedade brasileira a partir de dois eixos de atuação: a saúde pública (voltada à salubridade e reordenamento urbano) e a saúde privada (voltada à infância, saúde da mulher, educação física e moral, maternidade, família higiênica, casamento higiênico, etc.) (REIS, 2000). Do ponto de vista do discurso médico, as mulheres deveriam sair da situação de clausura, para o bem de sua saúde física, mas também deveriam receber instrução em estabelecimentos de ensino apropriados, pois deveriam ser educadas para bem educar os seus filhos, os futuros cidadãos brasileiros. Deste modo, os higienistas criticavam a conduta comum de as mulheres de posses entregarem seus filhos ao cuidado de amas (D'INCAO, 2001). Elas deveriam assumir aquilo que eles entendiam como o verdadeiro papel de mãe. A mulher, pois, precisava civilizar-se e ter um aprendizado de caráter científico.

O tensionamento entre tal defesa de transformação da vida feminina e a concepção religiosa de confinamento das mulheres é evidente. No entanto, como afirma Reis (2000), a representação do papel da mulher nos discursos médico e religioso são similares e, por vezes, complementares, uma vez que ambos enfatizam que a natureza feminina é voltada ao casamento, procriação e cuidado com os filhos. Por outro lado, se o discurso médico parece se aproximar do ideal da civilidade cortesã dos encontros e da rua, dela se afasta por seu caráter moralizante. De acordo com o citado discurso médico, a vida em teatros, salões e festas que marcava a sociabilidade de corte era pernicioso à mulher, pois poderia desviá-la de seu objetivo fundamental: o cuidado com a família. Além disso, a vida de corte proporcionaria um excesso de valorização do luxo e das aparências que seria danoso à saúde física e moral

da mulher. Assim, constrói-se toda uma crítica dirigida, inclusive, à indumentária feminina, como, por exemplo, aos decotes e espartilhos (REIS, 2000). É importante lembrar que a educação escolar, mesmo em faculdades, em Portugal e no Brasil era marcadamente religiosa, o que justifica o tipo de discurso construído pelos médicos brasileiros em relação às mulheres. Isso abriu a oportunidade para que o ensino dirigido a elas permanecesse nas mãos da Igreja, apesar das necessárias reformas. De qualquer modo, o debate sobre a instrução feminina, ancorada no desejo de fazer abandonar a imagem do Brasil como país atrasado e de gente ignorante levaria à expansão das escolas para meninas e a uma questão fundamental: a formação de moças para educar as moças. É importante lembrar que a educação, no Brasil, uma vez que era dirigida aos meninos, era feita por homens e, portanto, havia uma carência de mão-de-obra feminina preparada para o exercício da atividade. Em meados do século XIX, começaram a ser criadas as primeiras escolas normais para a formação de docentes mulheres. O magistério era concebido como extensão da maternidade e, assim, era aceitável para moças solteiras, solteironas e viúvas – portanto, mulheres não-casadas (LOURO, 2001). No entanto, a docência caberia apenas às mulheres "honestas", agora preparadas com uma formação religiosa-cristã e profana-científica, que daria conta das regras de civilidade e de higiene, além da moral. Para tanto, todo o ambiente escolar deveria ser preparado.

A ritualização e padronização dos comportamentos, bem como a própria arquitetura e disposição dos objetos e móveis no ambiente escolar funcionam mais do que como elementos cênicos. São expressões de um sistema de valores que deve ser incorporado pelas estudantes e, deste modo, acabam por se tornar instrumentos para que esse arbitrário social venha a ser naturalizado, ou seja, internalizado e vivido como natureza incontestável dos agentes que estão a eles submetidos por relações de poder que se dão pela autoridade, enquanto poder legitimamente exercido, e pela vigilância, que permite perceber o desviante e puni-lo. Em consequência, uma vez que se trataria de uma natureza, recai sobre o desviante a culpa por seu desvio: a autovigilância se torna elemento fundamental e é complementada e reforçada pela vigilância exercida por terceiros, os agentes escolares e também os demais estudantes. Deste concerto, participa o uniforme escolar,

instrumento de construção de uma coletividade coesa – o estudante e o estudante da específica instituição X – e da construção, no caso aqui estudado, de mulheres ideais à vida doméstica e ao exercício do magistério, tornado vocação feminina.

A pedagogia do uniforme

Os uniformes escolares são o desenvolvimento dos uniformes eclesiásticos. Segundo Craik (2003), os primeiros uniformes escolares teriam surgido na Inglaterra em meados do século XVI, quando foram adotados em escolas denominadas *bluecoats*.

A primeira escola que adotou um uniforme foi a Christ's Hospital em Londres e outras instituições de caridade logo a seguiram. Derivados de roupas eclesiásticas, os uniformes consistiam em casacos azuis no comprimento do tornozelo abotoados na cintura, com saias pregueadas e mangas dólman, culotes na altura do joelho, meia e colarinhos em estilo eclesiástico (CRAIK, 2003, p. 14).

No que se refere ao uniforme militar, ele parece ter surgido em princípios do século XVII, muito próximo ao período de surgimento do uniforme escolar, e inicialmente se relaciona às transformações advindas com a sociedade de corte, quando os príncipes, ávidos por maior autonomia na relação com a nobreza guerreira, começam a pagar em dinheiro (o soldo) novos profissionais da guerra. Estes indivíduos guerreiros, desconhecidos entre si, fazem do uniforme um elemento essencial de identificação das tropas aliadas e rivais na batalha. Na França, é no período de Luís XIV, de intensas guerras, que os uniformes militares são desenvolvidos. Contudo, os uniformes acabarão também por distinguir nação e exército, civis e militares, e contribuirão para a construção da coesão destes como um grupo à parte e, nas vitórias, dignos da exibição de si nos desfiles pelas cidades. Como lembra Roche, "entre o desfile e a batalha nasce o prestígio do uniforme" (ROCHE, 2007, p. 230).

Formando um só corpo que se põe acima das singularidades, cada indivíduo passa a se submeter ao traje que ele deve ser merecedor de carregar. Ao seu papel tático de identificação no campo de batalha, o uniforme militar

funciona como objetivo a ser alcançado: o corpo deve ser moldado a ele e por ele. O uniforme retira o indivíduo de um todo social e o separa para fazê-lo corpo militar (um conjunto coeso) e, simultaneamente, com seus apetrechos incita ao exercício de uma série de técnicas corporais específicas, a exemplo da postura ereta, que se confunde com a retidão de caráter e mesmo um preparo físico, uma resistência física, que permite ter os músculos necessários a fazer com que a roupa seja devidamente "preenchida". Por fim, instila-se a aceitação da higiene, da hierarquia e da disciplina. O uniforme deve estar impecavelmente limpo, sem amassados e deve exibir as insígnias que identificam o lugar ocupado na hierarquia. Tudo isso exige disciplina física e moral do indivíduo, a ponto de se fazer com que o militar assuma um papel entendido como prioritariamente feminino: ele deve cuidar pessoalmente de seu uniforme. Enfim, o uniforme militar simboliza poder e suscita emoções.

O filme *Nascido para matar* (*Full metal jacket*), de Stanley Kubrick (1987), que trata da Guerra do Vietnã, mostra, em sua primeira parte, o árduo treinamento a que são submetidos os norte-americanos aspirantes a soldados para se tornarem aptos a enfrentar o campo de batalha. Em verdade, o campo de treinamento para a forja do soldado seria, de pronto, o primeiro campo de batalha a ser enfrentado. E, nisso, a cena inicial do filme de Kubrick é reveladora. O ingresso do novato no mundo militar carece de um ritual de "esquecimento" de si, enquanto *eu* que tem uma história coletiva específica, para a assunção de um novo *eu-nós*, a corporação. Para tanto, é necessário um conjunto de ações que torne a unidade factível e literalmente visível, a fim de que a coesão, no caso a construção de uma unidade mais homogênea, se estabeleça. O uniforme parece, no filme, dar conta de dois elementos: através dele avança-se na despersonalização e, pois, na assunção de nova identidade, a de soldado; e através dos cuidados com ele se exercita a disciplina, enquanto obediência cega às ordens. Engraxar os sapatos, saber tirar os amassados das roupas, mantê-las limpas, abotoar devidamente a camisa aparecem como quase insignificante parte de todo um processo de separação do mundo ordinário e imersão em um novo, o mundo militar da corporação. No entanto, ao compor esse conjunto de ações e ao interpretá-lo nele, o aparentemente insignificante aparece em seu pleno e fundamental significado de formação de condutas.

Interpretação similar pode ser feita a partir do uniforme escolar. Ao separar o indivíduo, cria o estudante. No caso feminino, ao criar a estudante, abre-se a possibilidade de melhor construir a mulher, ou melhor, um determinado tipo de mulher. O caráter coletivo do uso do uniforme escolar contribui para reforçar o seu papel pedagógico. A moça, do mesmo modo que o soldado, deve se ajustar à roupa, mais do que o contrário.

Afirmar que o uniforme escolar funcionava como instrumento pedagógico significa argumentar a favor da ideia de que ele ajudava a construir técnicas de corpo, no sentido atribuído por Marcel Mauss (2003) de formas tornadas tradicionais de mulheres (no caso) se servirem de seus corpos. Os cortes e tecidos promovem e incitam determinados movimentos corporais em detrimento de outros. Tais movimentos deveriam estar ajustados à representação da mulher que essas estudantes deveriam encarnar. O projeto pedagógico estaria completo quando não houvesse brutais diferenças entre o modelo e o modelado, ou melhor, quando se tornassem um só. Assim, essas moças poderiam reproduzir, em sua atividade em sala de aula ou no lar, o mesmo modelo como coisa natural da mulher.

Se Mauss articula a noção de técnica à de tradição e eficácia para dar conta da questão da transmissão intergeracional dos modos de lidar com o corpo, em termos de movimentos e dos cuidados a ele dirigidos, podemos observar, a partir do uniforme escolar, como vai se dando a construção de técnicas que, se não chegavam a romper radicalmente com o passado, sem dúvidas o recriaram e adaptaram à condição presente. Em suma, é possível enxergar como foi se dando a construção da tradição, tanto de uso dos uniformes como de técnicas corporais de uma mulher brasileira civilizada. Por isso, inclusive, o uniforme servia de atalho ao potencializar a assunção do modelo de mulher burguesa-higiênica-civilizada pelas brasileiras no contexto dos séculos XIX e XX. Ou seja, o ensino das técnicas de corpo não se limita à imitação e ao discurso oral, pois se espraia por uma série de ações adicionais, inclusive se valendo dos elementos materiais, como disposição de objetos no espaço ou tecidos e adornos. Contudo, ainda que defendamos aqui a interpretação do uniforme escolar enquanto esse instrumento pedagógico que contribuiu para a forja de uma "nova" mulher que deveria esquecer um passado recente e ainda presente nas casas do que era pertencer ao sexo

feminino, estamos longe de afirmar que havia plena consciência de que a roupa era um recurso para tal fim.

A naturalização do arbitrário depende do esquecimento também por aqueles que orquestram mudanças. A partir do momento em que vão se delineando os contornos da "nova" mulher e que se assume a crença de que esta é a ideal, há a incorporação do projeto e um padrão de gosto vai se definindo em conformidade a ele. Talvez o específico do traje escolar – seus tecidos, cores, modelos – tenham sido apenas compreendidos como os mais adequados a moças civilizadas, higiênicas e de respeito, e não como mais adequado caminho à construção de moças, o que é bastante diferente. No caso dos desenvolvimentos que o uniforme escolar sofreu até meados do século XX, é possível apontar que não apenas o mundo eclesiástico, mas também o militar contribuíram como forte inspiração, bem como os usos e modas em França e na Inglaterra – referências em termos de civilidade e modas, e fonte primordial dos produtos que circulavam pelo mercado brasileiro⁴. Em consequência, os específicos uniformes usados expressam ideias sobre as mulheres, inclusive em suas tensões e ambivalências, e relações de dependência cultural e econômica.

Uma vez que os uniformes contribuem à internalização dos mencionados valores, servem de mediação para que estes se convertam em práticas a partir de disposições que, na verdade, são socialmente geradas, mas experimentadas como individuais e naturais. A importância do corpo em tal projeto se dá na medida em que ele não apenas serve como veículo de expressão de valores. Como bem afirmou Bourdieu, "o que é aprendido pelo corpo não é algo que se tem, como um saber que se pode segurar diante de si, mas algo que se é" (BOURDIEU, 2009, p. 120). Ao ensino racionalizado da pedagogia escolar estruturada em currículo disciplinar, acrescenta-se uma pedagogia da prática que se integra à outra sem assumir o caráter de um discurso oral, o que talvez aumente os seus efeitos (práticos). Quanto mais cedo essa pedagogia for exercitada junto aos novatos, mais profundos os seus

⁴ Normalmente, da França aportavam os modelos; da Inglaterra, os tecidos.

feitos; quanto mais duradoura, em termos históricos, mais invisíveis podem se tornar os seus significados.

Poder-se-ia, deformando a palavra de Proust, dizer que as pernas, os braços estão plenos de imperativos adormecidos. E é infindável a enumeração dos valores feitos corpos, pela transubstanciação operada pela persuasão clandestina de uma pedagogia implícita, capaz de inculcar toda uma cosmologia, uma ética, uma metafísica, uma política, por meio das injunções tão insignificantes quanto 'fique ereto' ou 'não segure a faca com a mão esquerda' e de inscrever nos detalhes aparentemente mais insignificantes do *jeito*, da *postura* ou das *maneiras* corporais e verbais os princípios fundamentais do arbitrário cultural; assim colocados fora das tomadas de consciência e da explicação (BOURDIEU, 2009, p. 114, grifos nossos).

Bourdieu discutiu as oposições entre o masculino e o feminino, e o fez a partir da interpretação de posturas corporais. Neste sentido, parece ser um exercício oportuno refletir sobre o uniforme escolar como recurso para a conformação no corpo de uma série de posturas que expressam/são valores sociais e classificações de gênero vividas literalmente na carne. Essa ordem de instrumento serve como lembrança constante do tipo de postura que deve ser vivida, e que está aí ainda em aprendizado, pois a roupa está lá sempre junto ao corpo. É como se fosse uma inspeção constante, sem a presença física do inspetor; ao mesmo tempo, como expressão das experiências, a roupa ainda funciona como termo de possível denúncia quanto às prováveis faltas e deslizes de seu usuário, em seus amassados, poeira, desasseio.

Por fim, para além ainda das possíveis oposições de gênero, importam aqui as oposições e complementaridades entre aquilo que foi entendido como formas de ser mulher e os modos como a construção da nova mulher, enquanto projeto racionalizado por homens que se colocam como ilustrados, abre espaço no mercado de trabalho para elas (ainda que de modo bastante restrito, isto é, apenas àquelas que não dispõem de amparo financeiro masculino, inicialmente), e para uma inusitada aproximação entre alguns valores masculinos e femininos, como a apontada disciplina, retidão e liderança (quase militares), expressos nas ambiguidades materiais dos

uniformes: a inserção de elementos entendidos por masculinos, como os mocassins e a gravata.

O que, então, é possível afirmar a respeito dos cuidados com o uniforme escolar a partir dos relatos de Joana? Em primeiro lugar, em observância às formas, é possível inferir que não havia intenção de negação da feminilidade, mas de afirmação do pudor. As saias tinham cós ajustado à cintura, e suas pregas põem em evidência os quadris, num corpo, ao mesmo tempo, escondido pela cor escura e pela relativa rigidez do tecido. Por outro lado, a blusa branca evidencia o asseio da usuária e o promove, enquanto exercício diário de engomar blusas para mantê-las alvas. Não apenas. As pregas das saias exigem extremos cuidados para que estejam impecáveis. Segundo Joana, passar a ferro cuidadosamente não era suficiente; o recurso era dormir com as saias embaixo do colchão para elas amanhecerem perfeitas. O mesmo pode ser dito a respeito da camisa, pois os tecidos exigidos (como tricoline, cambraia e linho) são de difícil cuidado, pois o ferro precisa estar bem quente, e a roupa precisa ser umedecida ao decorrer do processo para que as marcas de amassado desapareçam. Acima de tudo, as roupas precisavam estar bem cuidadas não apenas na chegada da estudante, mas ao decorrer de todo o período em que o traje fosse portado. Isto é, os cuidados com o traje estavam além de sua preparação; estendiam-se ao seu uso no cuidado, por exemplo, ao sentar. Para a camisa se manter sem amassados, e os citados tecidos amassam com bastante facilidade, é necessário sentar com as costas distantes do encosto da cadeira. Para a blusa e a saia permanecerem impecáveis, é necessário o controle e restrição dos movimentos corporais, inclusive para evitar o suor que poderia manchar e marcar a camisa, além de que o excesso de movimentos poderia desfazer ou desalinhar as pregas da saia. Esta, já usada em menor comprimento em comparação ao século XIX, exige cuidado no processo do sentar-se e na postura sentada ainda para evitar o inconveniente de pernas ou roupas íntimas ficarem à mostra, o que também pode ser afirmado quanto à blusa – a postura sempre ereta ajuda à manutenção do pudor. Os mocassins, por sua vez, deveriam estar sempre muito bem lustrados, e não empoeirados, definindo os lugares por onde as moças poderiam passar e o ritmo das caminhadas para evitar inconvenientes expressos nos sapatos riscados e meias sujas. Alvez, retidão, disciplina,

cuidado com a aparência, asseio, comedimento, pudor, feminilidade (mas “sem exageros”) são valores que deveriam ser incorporados para a vida.

Contudo, se se intentava a manutenção de uma mulher voltada ao casamento e ao lar, o entendimento burguês da casa como reinado da mulher, espaço onde ela deve exercer uma chefia, bem como certos valores associados aos uniformes em geral, como a disciplina, a altivez e a liderança, tornam o uniforme escolar de algum modo ambíguo. A nova mulher deve ser líder e, ao mesmo tempo, submissa ao homem. Deve buscar realização (ascender nas hierarquias possíveis e angariar destaque) e deve ser abnegada. Uma interessante ilustração dessas ambiguidades é a citada presença dos masculinos mocassins e das gravatas no uniforme descrito por Joana ao lado de uma saia de modelo Dior, o estilista francês que foi aclamado por resgatar a feminilidade nos trajes das mulheres com suas cinturas ajustadas e saias amplas.

Ao mesmo tempo, as exigências em relação aos uniformes, sentidas como sem sentido aparente pelas estudantes, ou como mera demonstração de poder, torna o uniforme um dos meios privilegiados para transgressões. No contexto da revolução francesa, por exemplo, a farda das tropas reais passa a ser interpretada como símbolo do poder real em contestação. No entanto, em lugar de simplesmente rejeitar os uniformes, cria-se o uniforme dos Guardas Nacionais (ROCHE, 2007). No contexto vivido por Joana, uma transgressão por ela experimentada foi a de, em grupo, pôr tachas de metal nas solas dos sapatos e sair correndo pelos assoalhos de madeira do colégio, o que lhes causou, obviamente, repreensão.

A transgressão pelo uniforme também contou com espaço especial nos relatos de Ana – que viveu suas experiências escolares nos anos de 1980-1990 –, bem como os mecanismos de repressão dos desvios por parte da instituição. Estudante de colégio religioso na cidade de Salvador (Bahia, Brasil), Ana⁵ recorda as transformações que viveu no que toca ao uniforme escolar. Conforme ela, ao ingressar na instituição para cursar a chamada quarta série, em meados dos anos 1980, a rigidez era bastante considerável na

⁵ Nome fictício, cujos dados narrados estão baseados em exercício autoetnográfico, conforme anunciado anteriormente.

determinação dos detalhes do uniforme escolar e mesmo quanto a inspeções na entrada do colégio. O estudante só poderia entrar na instituição fazendo uso dos seguintes itens: camisa padrão da escola – mesmo o casaco para dias frios eram os padronizados pela instituição; calças jeans índigo sem bordados, lavagens especiais ou placas decorativas no cós; meias brancas (de uso obrigatório); tênis marinho com duas listras brancas nas laterais. Era vedado o uso de batom de qualquer cor e de brincos grandes e longos. Como para acessar a sala de aula era necessário passar por três portões com inspetores e como em cada corredor havia um inspetor responsável, pode-se afirmar que havia extremo cuidado com a obediência às regras de aparência e conduta. A desobediência levava ao retorno para casa.

Como lembra Ana, na época de sua irmã mais velha (em cinco anos), chegou a ser pior, pois determinavam a cor da costura da calça (branca, quando na maior parte das lojas encontravam-se calças com costura laranja) e a cor da sola do sapato (creme), para enlouquecimento da família no momento de adquirir os uniformes dos filhos. Ana acompanhava isso, pois saía com a mãe e com a irmã na jornada da caça ao uniforme. A grande questão era: As freiras faziam essas exigências só pra demonstrar poder? Não parecia haver justificativas plausíveis para tais exigências. O período de Ana, contudo, foi de transformações. Era cada vez mais comum a burla das determinações. Estudantes tiravam as meias e dobravam as barras das calças após atravessarem os portões do colégio; camisas diferentes eram postas por cima da do fardamento; os batons apareciam com cada vez maior frequência na boca das moças. Se as inspeções de corredor ainda existiam, brigava-se através da insistência. Punha-se a meia, tirava-se a meia em seguida. Além disso, a convivência dos inspetores de corredor também aumentava, apesar de as freiras fazerem suas inspeções. Certa vez, uma colega teve a boca publicamente esfregada por uma freira porque estava usando batom. A humilhação pública, contudo, não a intimidou. Ela continuou a usar batom.

Em 1990, já era possível usar batom, não usar meias, podia escolher os brincos, variar o tom do jeans da calça. Após sua saída do colégio, afirma Ana, era já possível, inclusive, usar bermudas em lugar das calças. É possível que as frequentes transgressões e a liberação do uso de uniformes em colégios não-religiosos tenha feito com que a pressão por mudança fosse sentida

também nas instituições religiosas, mais resistentes ao afrouxamento no uso do fardamento, junto às escolas militares e àquelas que se representam e são representadas como tradicionais – a exemplo do citado colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Aliás, ao aludirmos sobre este colégio, vale lembrar que os dois embates nele ocorridos em 2014 (apresentados no início deste artigo), seja como contestação ao apego ao tradicional fardamento às expensas de um mais adequado ao calor carioca, seja como meio de problematizar a questão de gênero a partir do caso da defesa da colega transexual, evidenciam a interessante ambivalência ordem/desordem a que os uniformes se prestam.

O uniforme escolar a caminho da informalização

O que ocorre, então, ao decorrer do século XX e que pode ter acarretado a ressignificação e mesmo desuso dos uniformes em algumas instituições escolares?

Sem dúvida, uma série de fatores se articularam a fim de que a pedagogia do uniforme assumisse renovados contornos. Após, em especial, a Primeira Grande Guerra, quando a mulher foi obrigada a assumir postos masculinos de trabalho, tornou-se difícil fazer com que as mulheres de classe média retornassem a uma vida mais doméstica, apesar de serem dirigidos a elas discursos e esforços nesse sentido. Professoras, enfermeiras, costureiras, secretárias, vendedoras... as mulheres foram alçando paulatinamente postos de trabalho e, apesar das resistências, tornando-os "normais" à vida feminina. Por outro lado, as pressões por liberalização política em sentido ampliado, ou seja, as lutas e reivindicações contra os regimes autoritários e a favor das liberdades que se evidenciam na multiplicação dos grupos levam a um desejo de diminuição de certas uniformidades, em especial aquelas de caráter obrigatório, como o uso de uniformes. A difícil conciliação entre democracia e liberdade passa a ser alvo de mais intensos debates. A igualdade de condições deve ser construída ao lado do respeito às diferenças.

Em termos de cotidiano escolar, as turmas mistas são criadas, e os uniformes unificados em muitas escolas, com as calças sendo usadas por meninos e meninas. As mudanças nos centros de poder em direção aos Estados Unidos levam a que ideais de praticidade sejam enfatizados e que as

antigas saias e calças de brim sejam substituídas pelos jeans, práticos, industrializados e que acabam por ser usados por meninos e meninas, ou seja, também mais democráticos. Tal padronização faz com que esta roupa deixe de dizer respeito tão diretamente a diferenças de gênero. Cria-se e se desenvolve a ideia de estudante, em sentido global, na unificação dos currículos, antes distintos para meninos e meninas, e na unificação dos uniformes para ambos os sexos. O uniforme passa, então, a funcionar como democratizador de gênero, em resposta a uma gama de transformações na vida da mulher e às críticas feministas, que têm suas vozes mais ouvidas quanto mais avança o século XX. A partir da uniformização de gênero promovida pelo uniforme, são construídas as diferenças a partir de um modo específico de arrumação da roupa e cabelos ou da escolha de acessórios que permitem a expressão dos diferenciados grupos que partilham do mesmo ambiente escolar.

A conformação de grupos de estilo, iniciada ainda no século XIX, e o avanço na individualização, enquanto desejo de afirmação da singularidade de si, são igualmente fatores decisivos ao contra-movimento de evidenciar as diferenças apesar da uniformização do fardamento. As transgressões são o canal inicial para tanto; contudo, os rumos do mercado capitalista, o seu desenvolvimento técnico, igualmente contribuem para o processo ao prover o mercado de produtos marginalmente diferentes que atendem aos desejos de diferenciação (FEATHERSTONE, 1995). Portanto, a construção de um estilo, tornado um projeto, a partir de bens de consumo que passam a ser entendidos como expressão e, pois, comunicadores desse estilo se torna fundamental no processo de individualização e ecoa no desejo de expressão do *eu* também no ambiente escolar. O uniforme passa a ser contestado enquanto exibição de poder e exige-se participação na definição dos rumos do uniforme, inclusive quanto à decisão a respeito de ele ser mantido, abolido ou flexibilizado. Mais do que isso, a contestação do modelo pedagógico de certas escolas entendidas como tradicionais e o crescimento do prestígio das chamadas "escolas alternativas" que, muitas delas, aboliram o uniforme escolar fizeram com que, em função da concorrência e do receio da perda de alunos, algumas instituições diminuíssem o rigor dirigido ao fardamento e aceitassem sua flexibilização. As transformações experimentadas dizem respeito àquilo que

Elias e Wouters denominam informalização. Ou seja, após o alto grau de formalização experimentado no século XIX na construção de uma segunda natureza marcada pelo controle para aprendizado do autocontrole, estaríamos experimentando, nos séculos XX (acentuadamente, em sua segunda metade) e XXI, um progressivo relaxamento das tensões, não apenas indispensável à manutenção do autocontrole, mas existente também devido às tensões da necessidade de se autocontrolar serem menos sentidas, uma vez que, em grande medida, o autocontrole já teria se transformado numa espécie de natureza (uma terceira natureza, no caso). As moças não precisam mais ficar reclusas e seus gestos não precisam ser tão a duras penas controlado. Isso não significa ausência dos controles (pelo si próprio e por terceiros); significa que a naturalização dos comportamentos socialmente criados se dá por mecanismos mais sutis e complexos que atendem à construção de coletividades ao mesmo tempo em que grupos e individualidades, também socialmente criados e vividos, podem sobressair. É compreensível que os rigores ainda experimentados por Ana nos anos 1980 no que toca ao fardamento na instituição religiosa onde estudou tenham sido vividos como "sem sentido" ou "exibição de poder". Estamos falando de uma transição, mas que já tem boa parte do caráter pedagógico do fardamento deslocado apenas para a questão do aprendizado do asseio e da disciplina. Então os rigores vividos pareciam excessivos.

Na medida em que o 'descontraído' e o 'natural' ganharam importância e as demandas por uma autenticidade individual e uma identidade pessoal socialmente significativa floresceram, comportar-se de acordo com um conjunto de regras de etiqueta rígidas passou, cada vez mais, a ser visto como algo inflexível, como uma *performance* óbvia e previsível, como algo pouco sincero ou mesmo fraudulento. [...] Isso significa que os modos tradicionais de se comportar e regular as emoções perderam parte de sua função protetiva e defensiva. [...] Um número cada vez maior de pessoas pressiona uns aos outros para que desenvolvam meios mais diferenciados e mais flexíveis de autorregulação, criando um ímpeto na direção de níveis mais elevados de conhecimento social, autoconhecimento e reflexividade (WOUTERS, 2012, p. 560).

Sintomática é a mudança nas posturas que as moças faziam ao posar para fotos. Ao comparar os álbuns de fotografias de Joana e Ana, marcado por uma distância temporal de apenas 20 anos (em média), somos postos à frente de um registro das consequências das pressões pela afirmação das singularidades e relaxamento do corpo. As fotos de Ana, dos anos 1980 e 1990, e de outras meninas que tiveram vida escolar no mesmo período evidenciam uma diversidade de poses numa mesma foto como padrão. Quando as meninas aparecem com uma pose padronizada, o tom parece ser jocoso. A padronização dos corpos parece ter se transformado numa piada digna apenas das brincadeiras aparentemente inconsequentes, muito diferente do que se observa nas fotos de Joana. A rigidez do corpo erguido até mais elevado grau, em especial quando as moças estão portando os chamados trajes de gala (usados apenas em momentos especiais), e a uniformidade das poses, combinada à seriedade dos rostos, mesmo quando apresentam leve sorriso, parecem evidenciar um mundo muito diferente e contrastante em comparação ao despojamento corporal de Ana e de suas amigas, apesar de todas estarem fazendo uso de fardamento escolar. O desejo de reconhecimento das diferenças aí se expressa, ainda que as estratégias sejam coletivas. Para tanto, os materiais tiveram que mudar. As blusas não poderiam mais amassar com facilidade. O mundo da praticidade exige que sejam passadas a ferro com agilidade. Os jeans costumam não sujar com facilidade e permitem movimentos mais livres. Os tênis substituem os mocassins e, mais maleáveis, tornam-se “coisa de jovem”, sinônimo mesmo de irreverência.

As mudanças na vida da mulher e a correlata transformação na educação levaram a que o uniforme escolar assumisse outros “lugares” de significação, o que permitiu a sua permanência por sua adaptação ao contexto atual. Sem unanimidades, as instituições que mantêm a obrigatoriedade de uso do uniforme escolar (flexível, ou não) permanecem convivendo com as instituições que optaram por aboli-lo. Instrumento de um autoritário projeto para a construção da mulher, o uniforme passa a ser lido como possível instrumento democratizante dentro das instituições escolares. As

flexibilizações promovidas nos usos dessa ordem de traje agora surgem como inusitada alternativa e possibilidade de ajuste entre democracia e liberdade.

Referências

- ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: PRIORE, M. Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto. 2001. p. 45-77.
- BASSANEZI, C. Mulheres nos anos dourados. In: PRIORE, M. Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto. 2001. p. 606-639.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CRAIK, J. A política cultural do uniforme. *Fashion Theory: a revista da moda, corpo e cultura*. v. 2, n. 2. Berg e Editora Anhembi Morumbi, 2003. p. 5-25.
- D'INCAO, M. Mulher e família burguesa. In: Priore, M. Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 223-240.
- ELLIS, C., ADAMS, Tony E., BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. *Qualitative Social Research*, v. 12, n.1, Art. 1, 2010. Disponível em: <http://nbn-resol.org/urn:nbn:de:0114-fqs1101108>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995. (Coleção cidade aberta. Série megalópolis).
- FONSECA, A. "Poder e corpo em Foucault: qual corpo?". *Revista de Pós Graduação em Direito da UFC*. v. 35, n. 1, 2015.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREEMAN, J. Trying not to lie... and failing: autoethnography, memory, malleability. *The Qualitative Report*. vol. 20, n. 6, Article 3, 2015. p. 918-929. Disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR20/6/freeman3.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.
- JORNAL O Globo. Meninos do colégio Pedro II vão à escola de saia em apoio a colega transexual. 10 set. 2014. Disponível: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/meninos-do-colegio-pedro-ii-vao-escola-de-saia-em-apoio-colega-transexual-13893794>. Acesso em: 15 set. 14.
- LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In: Priore, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 443-481.
- MAUSS, M. As técnicas do corpo. *Sociologia & antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 401-422.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1999.

MELO, M. L. Colégio Pedro 2 libera o uso de bermuda no verão do Rio de Janeiro. *UOL Educação*. 10 fev. 2014. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/02/07/colégio-pedro-2-libera-o-uso-de-bermuda-no-verao-do-rio-de-janeiro.htm>. Acesso em: 15 set. 2014.

ORTNER, S. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 13, n. 28, 2007. p. 375-405.

PASSIANI, E. Não existe pecado abaixo do Equador? Algumas considerações sobre o processo de formação da sociedade de corte no Brasil (1808-1889). *Sociedade e Estado*. v. 27, n. 3, 2012. p. 571-593.

PECK, E. These girls are suing their school for the right to wear pants. *HuffPost US*, 01/11/2018. Disponível em: https://m.huffpostbrasil.com/entry/school-dress-code-skirts-pants_us_5bdb12f9e4b0da7bfc17b66d. Acesso em: 19 nov. 2018.

REIS, A. D. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

ROCHE, D. A disciplina das aparências: o prestígio do uniforme. In: ROCHE, D. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)*. São Paulo: Editora Senac, 2007. p. 227-262.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

STALLYBRASS, P. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VOGUE Kids Brasil. *Polêmica fashion: liberdade fashion na escola; uniformes, práticos e democráticos*. Sessão estilo. São Paulo, 2008, p. 36-37.

WOUTERS, C. (). Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza. *Sociedade e Estado*. v. 27, n. 3, 2012. p. 546-570.

Nascido para matar (Full metal jacket). Produção e direção: Stanley Kubrick. Roteiro: Stanley Kubrick, Michael Herr, Gustav Hasford. Baseado no livro *The short timers* de Gustav Hasford. Co-produtor: Philip Hobbs. 2005 [1987]. Warner Bros. Entertainment Inc. Fullscreen. color. 116 min.

Recebido em 21 de maio de 2022.

Aceito em 18 de junho de 2022.